

ENTREVISTA: MAURICIO DE ALMEIDA ABREU

Maurício Abreu, professor-titular do Departamento de Geografia da UFRJ, onde leciona Geografia Humana e faz pesquisas sobre Geografia histórica da cidade do Rio de Janeiro. Como tem desenvolvido intensa vida acadêmica, com experiência nacional e internacional, além de atuar em diversas comissões voltadas para o ensino e a pesquisa no Brasil, proporciona-nos esta excelente oportunidade de conversar sobre sua trajetória e demonstrar como tem trabalhado com e pela Geografia brasileira. Doutorou-se, em maio de 1976, pela *The Ohio State University*, Columbus, Ohio, EUA, com a tese: *Migration, urban labor absorption and occupational mobility in Brazil*

Tem como principais publicações, as seguintes:

Sistema Urbano de Conservação do Ambiente. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, 1971; *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987, (3ª edição em 1998); A cidade, a montanha e a floresta. In Mauricio A. Abreu (Org.), *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, pp. 54-103; O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). In Ana Fani A. Carlos (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, pp. 199-322. Publicado também em *Revista Brasileira de Geografia*, 56 (1/4), jan-dez 1994, 21-122 (publicado em 1997); Pensando a cidade no Brasil do passado. In Iná Elias de Castro et al. (Orgs.), *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 145-184. Publicado também em José Borzacchiello da Silva et al. (Orgs.), *A cidade e o urbano*. Fortaleza: Edições UFC, 1997, 27-52; A apropriação do território no Brasil colonial. In Iná Elias de Castro et al. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 197-245; Sobre a memória das cidades. In *Território*, 4. Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, 1998; Processo de conquista e apropriação do território: Capitania do Rio de Janeiro, 1564-1600. X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte, 26-30 de maio de 2003. *Anais*. (CD-ROM).

ENTREVISTA CONDUZIDA POR JOÃO RUA EM MARÇO DE 2004.

CONSTRUINDO UMA BOA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA

1. Fale-nos um pouco de seu início na Geografia. Como escolheu esse campo de estudos? Tipo de leituras que fazia e que influências sofreu para escolher a Geografia.

É difícil dizer quando é que comecei a interessar-me pela geografia. Não há dúvida, entretanto, que fui atraído por ela na infância. De início, não era, obviamente, um interesse pela disciplina. Tal como acontece com todos nós, o

que ocorreu primeiro foi um sentimento de curiosidade. De repente, nossos neurônios passam a se ordenar de forma mais complexa, e começamos a desenvolver o raciocínio. Descobrimos então que o planeta em que vivemos é muito maior e bem mais complexo do que o mundinho particular que habitamos. Nasce aí uma vontade de querer saber mais sobre ele.

Essa vontade de saber mais sobre o mundo é comum a todos nós e se constitui na explicação mesma do processo de afirmação do ser humano como espécie privilegiada, como espécie pensante. Potencializar essa capacidade é, entretanto, bastante determinada pelas oportunidades que a vida social oferece a cada um de nós. A escola tem nesse processo um papel fundamental: o simples fato de freqüentá-la já representa a passagem do rubicão da ignorância. O acesso a um ensino de qualidade, bem mais difícil, permite, por sua vez, que alarguemos ainda mais nossos horizontes, que enfrentemos novos desafios, que possamos sonhar mais alto.

Tive a sorte de nascer numa família de classe média e culta. Meus irmãos freqüentaram os melhores colégios particulares do Rio. Eu também o fiz, só que dei menos despesa: minha formação ginásial e colegial foi obtida no Colégio Pedro II, estabelecimento público tradicional do Rio, considerado desde o período imperial como colégio-padrão. Meu pai sempre foi muito orgulhoso e ciumento da biblioteca que tinha em casa. Foi através dela que comecei a descobrir a geografia. Dentre as lembranças mais antigas que tenho da infância está o longo tempo que passava folheando *O Mundo Pitoresco*, uma enciclopédia geográfica cheia de fotos interessantíssimas. Extasiava-me com aquelas ilustrações de lugares distantes e exóticos do planeta. Meu desejo era um dia conhecê-los todos.

Creio que as visitas à família de minha mãe também influenciaram muito a opção posterior pela geografia. Mamãe era paulista, de uma família de professores primários de Cananéia, cidade histórica do litoral sul do estado, fronteira com o Paraná. Como quase toda mulher de sua época, acabou dedicando-se ao lar. Passei em Cananéia praticamente todas as férias da infância e da adolescência. Ir para lá era, até 1960, era uma aventura. Não existindo ainda a rodovia Régis Bittencourt, a viagem a partir de São Paulo durava 12 horas e obrigava a utilização de duas balsas (para cruzar os rios Juquiá e Ribeira de Iguape) e um *ferry-boat* (para atravessar o mar de Cubatão, já em Cananéia). E nada de reclamar! Quando era moça, dizia-me sempre minha mãe, a viagem durava 3 dias!

À parte o enjôo que muitas vezes me atacava, essa viagem era para mim uma verdadeira fascinação. Quando a melhoria do acesso diminuiu o tempo de viagem para 6 horas, o gosto de aventura não diminuiu. Já mais velho, observava agora com maior atenção as coisas que via no trajeto: trechos sempre interditados na descida da Serra do Mar devido à queda de barreiras; planícies sempre sujeitas a inundações (e por isso as casas eram aí construídas sobre palafitas); plantações de chá feitas por imigrantes japoneses, etc.

Sobre o litoral sul de São Paulo aprendi muito com meu avô materno. Advogado de formação, poeta, historiador, durante quase 40 anos havia sido chefe da Seção Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo. Enquanto esteve na ativa, escreveu a história de todo o litoral sul do estado e de parte do litoral norte. Conversar com meu avô significava sempre ampliar horizontes. Morreu quando eu cursava o terceiro ano do curso de graduação. Tenho lembranças muito queridas dele. Lembro-me bem de como ficou feliz com a escolha profissional que eu fizera. Foi talvez o único que não me fez a questão que inquietava todo o mundo: *Geografia? Mas por que é que você resolveu estudar geografia?* É impossível não reconhecer hoje o quanto ele me influenciou. Jamais pensei que os fatos históricos que me contava, e que vivenciava como se estivessem ocorrendo naquele momento, acabassem tendo também o mesmo efeito sobre mim alguns anos mais tarde, ainda que motivados por contexto geográfico diferente.

Essas influências, entretanto, só foram sentidas *a posteriori*. A verdade é que, na adolescência, o que eu realmente queria fazer era viajar, e foi pensando nisso que comecei a acalentar o sonho de ser diplomata. Essa era a profissão ideal para que eu atingisse meu objetivo principal, que era conhecer o mundo. Além do mais, gostava de línguas: vinha obtendo uma sólida base de francês no Pedro II e já estudava inglês lá e na Cultura Inglesa. Meu problema era a matemática. Depois de um primeiro ano ginásial em que tive o azar de ter uma péssima professora dessa matéria, nunca mais me recuperei dessa falta de base inicial. Mesmo tendo bons mestres nas séries seguintes, jamais consegui acompanhar bem a matéria e passei todo o curso ginásial dependendo de aulas particulares. Decidi, inclusive, seguir o curso clássico muito mais para fugir da matemática do que para estudar as humanidades.

Foi ainda no ginásio, entretanto, que descobri a importância da profissão de professor. E isso aconteceu justamente na aula de geografia. Como tenho facilidade de memorização, não tivera qualquer problema com essa matéria nas séries anteriores. Até hoje sei de cor todos os rios da Europa: *Petchora, Dwina, Onega, Duna, Neva, Niemen, Vistula, Oder* Acontece que, ao chegar à terceira série, encontrei um professor que não pedia que eu decorasse nada. Pela primeira vez me senti perdido. Não sabia mais como estudar geografia. Na prova, fui um fracasso: tirei 5 ou 6. Indignado, dirigi-me ao professor, Tharceu Nehrer, dizendo que jamais tivera nota tão baixa em geografia, que eu era um aluno nota 10, que alguma coisa estava errada com o curso *dele*. Lembro-me bem que ele respondeu que se algo estava errado, isso era *comigo*. Bom educador, disse-me também, para me tranquilizar, que eu não me preocupasse: ele iria dar um jeito nisso. Para Tharceu, o problema é que eu não sabia pensar. Geografia, dizia ele, não era decoreba. Guardei aquilo na memória, comecei a tentar estudar geografia da forma como ele me dizia. Um mundo novo começou a surgir na minha frente. Melhorei a média, passei de ano, mas tudo ficou por aí. Já na série seguinte, com outro professor, fui obrigado a decorar todos os afluentes da margem direita do Amazonas: *Juruá, Purus, Madeira, Tapajós, Xingu, Tocantins ...*

O ingresso no curso clássico despertou em mim o prazer pelas línguas estrangeiras. Continuei com o estudo do inglês e do francês e comecei agora a estudar o espanhol. Mas foi o grego que me apaixonou. Nunca tendo gostado de latim, maravilhei-me com aquela língua, que passei a estudar com prazer. Decidi então que, enquanto aguardava o concurso para a diplomacia, iria estudar grego na faculdade! Logo, entretanto, os colegas começaram a me perguntar. - *Mas o que é que você vai fazer com um diploma de grego? E ainda mais de grego antigo!* Pensei bem e vi que essa decisão era realmente uma loucura. Analisei outras possibilidades. Diplomatas geralmente se formavam em Direito, mas essa profissão não me atraía. Fiquei atordoado, não sabia o que fazer. E todos exigiam de mim uma resposta!

Hoje, quando encontro algum aluno da graduação que ainda não tem certeza o que quer fazer, compreendo-o muito bem. A não ser nos casos de uma vocação que se manifesta desde cedo, acho que a decisão profissional que temos que tomar por volta de 18 anos é difícilíssima. Confesso que aos 17 anos não tinha a mínima idéia do que gostaria de estudar na universidade.

Voltei a encontrar Tharceu em 1966, no 3º ano clássico, quando ele foi novamente meu professor de geografia. Ao findar o primeiro semestre, ainda não decidira nada sobre a faculdade. Atormentado, resolvi então fazer vestibular para letras, mais especificamente para francês. Não reconhecendo ainda a qualidade do ensino público que recebia no Pedro II, pedi a meu pai que pagasse um curso pré-vestibular. Ao findar o ano, aproximando-se o vestibular, não me sentia feliz com a escolha que fizera. Gostava realmente de línguas, mas o que buscava nelas não era o domínio da gramática, da literatura, da versificação. Foi aí que aconteceu algo fantástico. Como um raio de luz vindo de não sei onde, tive um dia uma revelação: percebi claramente que o que me atraía nos idiomas não eram eles em si, mas seu caráter instrumental, a oportunidade que o seu domínio proporcionava para a comunicação com outros povos, com outras culturas. Era por isso que, mesmo sem o saber, tinha abandonado tão rapidamente o sonho de estudar grego antigo na universidade. O que iria fazer com uma língua morta?

Foi nesse momento que resolvi estudar geografia. Era ela que me aproximava desse mundo que eu queria tanto conhecer. Contento com essa decisão tardia, senti-me entretanto na obrigação de prestar o vestibular para letras. Tinha que dar uma satisfação a meu pai, que havia pago o cursinho com sacrifício. Como naquela época os vestibulares não eram unificados, resolvi então prestar os dois vestibulares. Faria primeiro o vestibular de letras da UFF, que estava programado para janeiro de 1967. No final de fevereiro prestaria o exame de geografia na UFRJ.

Aprovado na UFF, comecei a preparar-me para o vestibular da UFRJ. Para estudar com mais tranquilidade, arrebanhei uma série de livros, juntei minhas anotações de aula, e parti com meu avô para Cananéia. Era lá que eu iria me preparar para o vestibular de geografia. Realizado o exame, verifiquei o que

significava ter tido o privilégio de estudar num colégio público de alta qualidade: fui classificado em 1º lugar.

2. Como foi sua graduação? Temas da Geografia que mais o interessavam, que influências sofreu, nessa fase.

Minha primeira aula na universidade foi com Maria do Carmo Galvão, que lecionava Introdução à Geografia do Brasil. Começou ali uma admiração que se mantém até hoje. Sofri muito para tirar boas notas em seus cursos. Bem preparada, rigorosa na preparação das aulas, extremamente didática, exigente na cobrança de leituras e relatórios, suas aulas marcaram-me bastante. As provas de Maria do Carmo eram verdadeiros desafios: era impossível ser bem sucedido nelas sem que se estudasse, além da sua matéria, também as dos demais professores. É que era com Maria do Carmo que o físico e o humano realmente se integravam. Ela era o exemplo vivo da definição de geografia que aprendíamos nos manuais, mas que, já naquela época, muito poucos adotavam em suas carreiras. E no trabalho de campo era insuperável e, para nosso desespero, incansável!

Jamais esquecerei o quanto aprendi nas excursões que fiz com Maria do Carmo, e muito especialmente na longa excursão que fizemos ao planalto central em meados de 1967, quando ainda estava iniciando o curso de graduação. Eram ocasiões em que se aprendia em poucas horas, ou em poucos dias, tanto quanto nos era ensinado num semestre inteiro. Devo à Carmo muito da admiração que passei a ter pela geografia, tudo o que aprendi de geografia física (com o devido crédito dado também à saudosa Maria Regina Mousinho de Meis) e uma boa parte da capacidade que adquiri de pensar geograficamente.

No segundo ano da universidade conheci Maria Therezinha de Segadas Soares. Professora de primeira grandeza, querida de todos os alunos, Therezinha estava naquela época no auge de sua vida profissional; ocupava um lugar de vanguarda na geografia brasileira. Apesar de toda a influência que Lysia Bernardes exerceu em minha carreira, como falarei adiante, foi Therezinha quem verdadeiramente definiu meu futuro. Ela foi a minha grande mestra. Foi com ela que descobri, maravilhado, a geografia urbana. Foi em suas aulas e trabalhos de campo que adquiri conhecimentos que me são inestimáveis até hoje. A leitura de sua tese causou em mim forte impacto.¹ Seus artigos eram, para mim, modelos que

¹ Maria Therezinha de Segadas Soares. *Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro*. Tese de livre-docência não defendida. Publicada com o mesmo título em *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 24 (2), 1962, pp. 155-256.

deveria seguir.² E como aconteceu com muitos alunos seus, devo a ela a publicação do primeiro trabalho que escrevi, resultado de diversas excursões feitas em 1969, sob sua orientação, na periferia metropolitana do Rio de Janeiro.³

O contato que tive com Bertha Becker na graduação foi muito menor, mas também marcou-me bastante. Mestre de brilho intenso, que o passar dos anos só fez reluzir mais, suas aulas de Geografia Agrária do Brasil e de América Latina fascinavam todos nós. Seu charme magnetizava-nos. Só mesmo ela poderia falar de coisas sérias sentada displicentemente em cima da mesa, ao mesmo tempo em que aflagava os cabelos e fumava um cigarro que pendia de uma longuíssima piteira! Era, entretanto, o conteúdo de suas aulas, e sua competência para transmiti-lo, que eletrizavam a turma. Era em seus cursos que as temáticas políticas da geografia eram discutidas. E num ambiente tenso, imediatamente posterior à decretação do AI-5, era só ali que tínhamos a oportunidade de discutir os temas explosivos e, já agora, proibidos: o latifúndio, a reforma agrária, o imperialismo, a teoria da dependência Nos cursos de Bertha aprendi muito mais do que a Geografia Agrária ou a América Latina. Comecei a aprender que para um verdadeiro professor não há temas proibidos. Comecei também a tornar-me menos alienado em relação à realidade social do meu país.

Aliás, tão importante quanto a sólida formação geográfica que recebi, os tempos da graduação na UFRJ deixaram em mim uma outra grande marca. Foi naquela época que eu realmente me tornei um ser verdadeiramente pensante, que amadureci, que me tornei um cidadão, que saí da redoma de vidro que me protegia desde a infância e passei a ver o mundo como ele realmente é: cheio de conflitos, de contradições, de enfrentamentos. Não podia ser diferente. Foram tempos de fechamento político, de greves estudantis, de luta armada, de choques com a polícia, de perseguições ideológicas, de aposentadorias compulsórias, de cassações, de reforma universitária, de Acordo MEC-USAID, de passeatas de mil e de cem mil. Vindo de uma família udenista de classe média, e não tendo participado de qualquer movimento estudantil no Colégio Pedro II (nem sabia se os havia ali), chegar à universidade em 1967 foi como nascer a forceps. Permanecer nela até 1970 constituiu, entretanto, um processo riquíssimo, muitas vezes doloroso, de crescimento político e emocional.

De início sentia medo de toda aquela agitação política. Ela não fazia parte do meu mundo. Além do mais, não estava acostumado à contestação da autoridade. Rapidamente, entretanto, comecei a mudar. Passei a reconhecer a minha

² Dentre eles, gostaria de citar três: O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, 11 (3-4), 1959, pp.1-22; Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 27 (3), 1965, pp. 329-387; Bairros, bairros suburbanos e subcentros. In Associação dos Geógrafos Brasileiros (Secção Regional do Rio de Janeiro). *Curso de Geografia da Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968, pp. 74-89.

³ Mauricio A. Abreu e Maria do Socorro Diniz. As causas do crescimento recente de Itaboraí-Venda das Pedras. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, Ano 12, 1970, pp. 79-110.

alienação e a pensar criticamente sobre as questões daquele momento, a tomar parte ativa, enfim, das discussões que mobilizavam o país já há algum tempo. Comecei também a participar das passeatas e a assinar manifestos, aprendi a correr da polícia, passei a preocupar-me com a sorte de colegas que estavam na mira da repressão ou que haviam sido seqüestrados por ela. Descobri também, com espanto, que o discurso democrático e de esquerda de algumas pessoas encobria um comportamento bastante autoritário, às vezes até mesmo fascista. Tive nesse processo de amadurecimento político a grande ajuda de Maria do Socorro Diniz, colega de turma e de estágio no IBGE, grande amiga até hoje. Embora nossas histórias de vida nada tivessem em comum, embora nossas posições ideológicas nem sempre fossem as mesmas (ou, talvez, por isso mesmo), foi com Socorro que descobri a dimensão política da vida.

3. O trabalho fora da academia foi importante na sua formação. Fale-nos disso.

Em maio de 1968, quando cursava o segundo ano da universidade, comecei a trabalhar no IBGE. Fui indicado como estagiário por Lysia Bernardes, que naquele semestre estava sendo minha professora na UFRJ, e que acabaria tendo muitas outras influências em minha vida profissional. O ingresso no IBGE teve um papel fundamental em minha vida. Primeiro, porque acabou por definir de uma vez por todas a minha carreira. Não podendo conciliar o estágio com o horário da UFF, desisti finalmente das letras. Foi uma decisão madura. Nem mesmo tranquei a matrícula: simplesmente deixei de comparecer às aulas.

Foi essa oportunidade de trabalhar em pesquisa que acabou definindo minha opção pela geografia. Um admirável mundo novo se abriu à minha frente, convidando-me a ingressar nele. Aceitei o convite e abandonei também o sonho de ser diplomata. Fui alocado para trabalhar na Seção Regional Sudeste, chefiada por José César de Magalhães Filho. Como acontecia com as demais seções regionais do DEGEO-IBGE, vivia-se nessa época o ritmo febril da preparação da *Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas*. Coube a mim elaborar as tabelas relativas ao Estado de Minas Gerais. Foram meses de trabalho intenso. Minas era o estado que mais tinha municípios no Brasil (722 àquela época, lembro-me muito bem). E cabia a mim coletar todos os dados de cada município, organizá-los, calcular percentagens, elaborar gráficos, checar a datilografia, etc. Trabalhava com imensas folhas de papel quadriculado, que cobriam a superfície de duas escrivinhas justapostas. Surgiu assim a geração dos estagiários-tabeleiros, como nos chamávamos, que incluía, dentre outros, Maria do Socorro Diniz, Ruy Erthal, José Borzacchiolo da Silva

O trabalho, por ser repetitivo, era muitas vezes enfadonho. Não posso negar, entretanto, que aprendi muito com ele. Aprendi, em primeiro lugar, a selecionar dados e a apresentá-los de forma ordenada. Aprendi também que nem sempre contamos com os dados de que precisamos em nossas pesquisas, que muitas vezes temos que criá-los, e que isso não é uma tarefa fácil; ao contrário, dessa criação pode resultar a genialidade de um trabalho ou o seu fracasso. Aprendi

outras coisas: vi que a forma como organizamos os dados determina em muito a sua interpretação. Descobri, com relativo espanto, as armadilhas das escalas e das percentagens. Aprendi, finalmente, que elaborar uma tabela é realmente uma arte, já que a boa tabela é aquela que é auto-explicativa. Até hoje tiro proveito dos ensinamentos que adquiri em 1968. E não canso de transmití-los aos que trabalham comigo.

O estágio no IBGE não se resumiu, entretanto, à elaboração de tabelas. Mais importante do que tudo foi a oportunidade de estar respirando pesquisa geográfica o tempo todo. Enquanto nós, das divisões regionais, trabalhávamos com microrregiões homogêneas, acompanhávamos também as pesquisas que estavam em andamento nas demais seções. Delas sabíamos por conversas com outros estagiários (notadamente durante o horário de lanche, que fazíamos no *Sul Americano* ou no *Wilson*), pelos artigos que saíam regularmente na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico* (que recebíamos gratuitamente), ou pelas palestras a que comparecíamos na sede da antiga Seção Regional do Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a que me afiliei naquela época e que funcionava numa sala do IBGE da Avenida Beira Mar 436, exatamente no andar em que eu trabalhava.

Toda uma série de temáticas novas estavam sendo tratadas no IBGE àquela ocasião. Algumas eram verdadeiramente inovadoras. Uma nova “geografia das indústrias” se afirmava com Pedro Geiger e Fany Davidovich. Na Divisão de Estudos Sistemáticos, então chefiada pela severa Elza Keller, falava-se de regiões polarizadas, de rede urbana, de centralidade, de regiões funcionais e de regiões nodais. Roberto Lobato Corrêa comandava ali um grupo de estudantes privilegiados (João Rua, Luiz Antonio de Moraes Ribeiro, François de Bremaeker), que não só tinham a oportunidade de trabalhar com essas temáticas “de vanguarda”, como se beneficiavam da prática que Roberto pioneiramente instituiria de formar um grupo de estudos urbanos. Nas rivalidades que se estabeleciam entre os estagiários, não foram poucas as ocasiões em que os “urbanos” vangloriavam-se de seu trabalho “de ponta”, muito mais importante, diziam, do que os estudos regionais que a maioria de nós fazia.

Logo entretanto essas rivalidades acabaram. Como num turbilhão, e com a exceção àquela época dos geógrafos físicos, todo o IBGE foi tomado por duas revoluções que impingiam a vanguarda a todos os que trabalhavam ali, e que acabaram afetando bastante, não só a geografia brasileira, como também a minha vida profissional. A primeira foi a “revolução do planejamento”, que já estava em andamento quando iniciei meu estágio em maio, e que foi potencializada no mesmo ano de 1968 pela transformação do IBGE em fundação. Surgia agora a oportunidade da contratação do instituto para prestar serviços técnicos especializados a outros órgãos (notadamente do governo), que começaram então a demandar dele os mais diversos estudos. A segunda, intimamente relacionada com a primeira, foi a chegada da “revolução quantitativa” à geografia brasileira.

Muitos analistas do período autoritário pós-1964, e especialmente alguns geógrafos que refletiram sobre esse momento da história da disciplina no Brasil, acabaram confundindo, a meu ver, a crítica ao planejamento ocorrido durante o regime militar com a crítica à atividade de planejamento *tout court*, que passou a ser associada ao pensamento de direita. Acho isso um equívoco. O planejamento era defendido na década de 1960, no Brasil e alhures, por intelectuais de esquerda e de direita. Desde a década de 50 que os geógrafos se aproximavam do planejamento, independentemente de vinculação ideológica.⁴ Na década de 60, essa aproximação se intensificou: propagava-se agora a idéia de uma *geografia aplicada*,⁵ de uma *geografia ativa*,⁶ de uma *geografia voluntária*.⁷ Os geógrafos viam no planejamento a dupla oportunidade de intervir diretamente no processo de organização territorial e de elevar a auto-estima da disciplina, sempre sujeita a crises de depressão desde que se institucionalizou como saber universitário em fins do século XIX.

No Brasil, a chegada da “era do planejamento”, nos anos 50, representou a oportunidade que muitos geógrafos aguardavam para poder atuar de forma mais ativa no processo de desenvolvimento do país. Ainda que timidamente, esse desejo já começara a se concretizar há algum tempo, durante as campanhas pelo nacional-desenvolvimentismo. Lendo os Anais da AGB para um longo artigo que escrevi sobre a evolução da geografia urbana brasileira,⁸ pude perceber claramente como essas lutas sempre se materializavam, no discurso da disciplina, através da defesa do planejamento, da intervenção sobre o território, notadamente depois da fundação da SUDENE.

Não há dúvida que a tecnocratização instituída pelo regime militar acabou redirecionando esse discurso para outros rumos. Não é o lugar aqui de discutir a

⁴ Jean Gottmann et al. *L'aménagement de l'espace, planification régionale et géographie*. Paris: Armand Colin, 1952; Harold M. Mayer. *Geography in city and regional planning. The Professional Geographer*, 7 (1), 1954, pp. 7-12; William Thomas (Org.). *Man's role in changing the face of the Earth*. Chicago: University of Chicago Press, 1956; T. W. Freeman. *Geography and planning*. Londres: Hutchinson University Library, 1958.

⁵ Michel Philipponneau. *Géographie et action: introduction à la géographie appliquée*. Paris: Armand Colin, 1960 (traduzido para o português como *Geografia e ação: introdução à geografia aplicada*. Lisboa: Cosmos, 1964); L. Dudley Stamp. *Applied geography*. Londres: Penguin Books, 1960; Pierre George. Existe uma geografia aplicada? *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 21 (174), 1963, pp. 290-296.

⁶ Pierre George et al. *La géographie active*. Paris: P.U.F. (traduzida para o português como *A geografia ativa*. São Paulo: Difel, 1968).

⁷ Jean Labasse. *L'organisation de l'espace: éléments de géographie volontaire*. Paris: Hermann, 1966.

⁸ Mauricio A. Abreu. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). In Ana Fani A. Carlos (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, pp. 199-322.

fundo esse momento da geografia brasileira e nem de emitir juízos de valor sobre a “geografia para o planejamento” que muitos passaram a defender. Já fiz considerações a esse respeito no artigo citado acima. O importante a destacar é que foi exatamente nesse momento que comecei a estudar geografia na universidade e que comecei a fazer pesquisa no IBGE. Não podia, portanto, deixar de ser influenciado pelas questões daquele momento.

Logo no início de 1969, fui bafejado pela sorte, pois tive a oportunidade de participar de uma importante excursão “de planejamento” ao Nordeste, resultado do convênio que o IBGE havia firmado com a SUDENE. Seguindo a filosofia da descentralização concentrada então em voga, o IV Plano Diretor da SUDENE havia previsto que o crescimento econômico da região deveria se apoiar num tripé: em primeiro lugar estavam as áreas metropolitanas em formação (Salvador, Recife e Fortaleza); em segundo, uma série de cidades de porte médio, chamadas então de “centros dinamizadores”; o terceiro elemento de sustentação seriam as regiões com elevado potencial de desenvolvimento agrícola, que eram tratadas como “regiões-programa”. Era nesses locais que os investimentos estatais e privados deveriam prioritariamente se concentrar. Esperava-se que, a partir desses pontos, as demais regiões e núcleos urbanos acabassem também auferindo os benefícios do crescimento econômico, um efeito que Perroux já havia previsto para o espaço topológico, e que Gunnar Myrdal, Albert Hirschmann e, posteriormente, Jacques Boudeville e John Friedmann tentavam agora aplicar ao espaço geográfico (como acabaria aprendendo mais tarde).⁹

A equipe de que participei era comandada pela saudosa Hilda da Silva. Durante 40 dias percorremos milhares de quilômetros do Nordeste, quase todos em estradas não pavimentadas. Foi uma experiência inesquecível: Zona da Mata, Agreste e Sertão se sucediam aos meus olhos, confirmando tudo aquilo que aprendera na universidade e despertando muitas outras indagações. Começamos a trabalhar em Sobral, no Ceará. Dali fomos para Mossoró, Crato-Juazeiro do Norte, Natal, Maceió e Aracajú. Em cada cidade ficávamos cerca de 5 dias, cada um de nós sendo responsável pelo levantamento de um tipo de informação. À Hilda cabia, obviamente, fazer os contatos com as personalidades do lugar. Outros ficavam responsáveis pelo comércio varejista, pelo comércio atacadista, pelos postos de extensão rural, pelos inquéritos nas companhias de transporte. A mim couberam os serviços hospitalares e educacionais. A volta ao Rio determinou minha transferência para a Seção Regional Nordeste, chefiada por Hilda. Minha função agora era preparar mapas e tabelas com os dados coletados

⁹ François Perroux. Note sur la notion de pôle de croissance. *Économie Appliquée*, 7, 1955; François Perroux. *L'économie du XX^e siècle*. Paris: P.U.F., 1961; Gunnar Myrdal. *Economic theory and underdeveloped regions*. New York: Harper & Row, 1957; Albert O. Hirschmann. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958; Jacques-Raoul Boudeville. *Les espaces économiques*. Paris: I.S.E.A, 1961; John Friedmann. *Regional development policy: a case study of Venezuela*. Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press, 1966; John Friedmann. *A general theory of polarized development*. Los Angeles: School of Architecture and Urban Planning, University of California at Los Angeles, 1969.

em campo. Fazer tabelas eu já sabia; aprendi então a elaborar mapas. Três desses relatórios foram publicados mais tarde.¹⁰

Em junho de 1970, estando a seis meses da formatura, minha vida tomou um rumo totalmente diferente. Um rumo sonhado, não posso negar, mas de forma alguma esperado para o curto prazo. Tendo sido informado que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) havia criado um Centro de Pesquisas Urbanas (CPU), e que estava formando uma equipe multi-disciplinar para atuar “no planejamento”, resolvi apresentar-me àquela instituição em busca de estágio. Era a chance que eu tanto aguardava. A entrevista com o Prof. Diogo Lordello de Mello, diretor-executivo do IBAM e um dos homens de maior visão que jamais conheci, mudou a minha vida para sempre. Obtido o estágio, que contou novamente (sem eu o saber) com a indicação favorável de Lysia Bernardes, consultada para fornecer referências, demiti-me do IBGE e comecei a trabalhar no IBAM no início de julho. Tive sorte mais uma vez. Eram tempos de milagre econômico. Formado em dezembro, fui contratado como assessor técnico a partir de 1º de janeiro seguinte.

Comecei a trabalhar no CPU no início de julho de 1970. Recém-chegado de seu mestrado em administração urbana realizado em Los Angeles, meu novo chefe, o saudoso Cleuler de Barros Loyola, incumbiu-me de duas tarefas que julguei, a princípio, impossíveis de serem cumpridas no curto prazo de três ou quatro meses que ele me dava. Primeiro, pedia-me uma lista de temáticas que eu considerasse importantes para serem pesquisadas no CPU, cada uma delas devidamente justificada. A outra tarefa era ainda mais espinhosa: queria que eu escrevesse um artigo para ser publicado na Revista de Administração Municipal (RAM), órgão oficial do IBAM e já àquela época com grande penetração entre os planejadores urbanos.

Não me lembro quais foram as temáticas que sugeri. Junto com as aulas que precisava preparar para o Colégio de Aplicação, o artigo passou a ocupar toda a minha vida. O que Cleuler me pedira - e para ser publicado na RAM! - era nada mais nada menos do que justificar qual seria a contribuição da geografia para o planejamento urbano. Sabia que o que estava em jogo era a avaliação do meu estágio: minha contratação iria depender desse artigo. Enfrentei o desafio. Baseado em conhecimentos adquiridos na universidade, numa série de leituras que rapidamente tive que realizar, na minha prática no IBGE e no que eu já conhecia da atuação de geógrafos no planejamento urbano, produzi um trabalho que acabou sendo bastante elogiado. Meu estágio acabara. Fui contratado como assessor técnico pesquisador dois dias depois que me formei como professor

¹⁰ Fundação IBGE. *Crato-Juazeiro do Norte e sua área de influência*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971; Fundação IBGE. *Sobral e sua área de influência*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971; Fundação IBGE. *Mossoró: um centro regional do oeste potiguar*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

secundário (!!). Jamais me bacharelei em geografia. Como prometido, o artigo foi publicado.¹¹

Já pertencendo aos quadros do IBAM, e prestes a ocupar o belíssimo prédio onde ele ainda se localiza, dei início às atividades de “pesquisador” tendo que enfrentar outro desafio. Já há algum tempo que o CPU, com a ajuda de consultores contratados, vinha publicando uma série de pequenos livros-guias destinados a orientar os governos municipais na formulação das mais variadas políticas urbanas: de lazer, de planejamento do sistema viário, de localização de “usos sujos” (cemitérios, matadouros), etc. Cabia a mim produzir também um desses livros. A questão que se punha agora era: falar sobre o que? Deram-me alguns dias para pensar.

A decisão a que cheguei, tomada em conjunto com Cleuler, foi a de que o CPU deveria tratar de uma temática extremamente nova e à qual quase ninguém dava atenção, pelo menos no Brasil: *a preservação do meio ambiente urbano*. Estávamos a um ano e pouco de uma grande conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, programada para se realizar em Estocolmo em 1972, e essa seria uma oportunidade de ouro para fazer com que os prefeitos municipais começassem a incluir a questão ambiental em suas agendas. Além do mais, não havia eu dito no artigo da RAM que a geografia se destacava dentre as “ciências do planejamento” por ser a única que tratava do natural e do social de forma integrada? Era eu, portanto, a pessoa ideal para levar a cabo esse projeto.

Coloquei mãos à obra. Toda uma nova literatura precisava ser consultada, a maior parte em língua estrangeira (francês e inglês). Comecei a aprender coisas de que jamais ouvira falar: demanda bioquímica de oxigênio, capacidade de auto-depuração das águas, os perigos da poluição por mercúrio, etc. O que tinha que fazer era formular cinco objetivos de política pública, justificá-los, e para cada um deles indicar quais seriam os indicadores que o governo municipal deveria estudar para que os objetivos fossem alcançados. Os rumos que minha vida tomou depois que escrevi esse trabalho fizeram-me esquecer dele. Em 1997, entretanto, quando estava preparando meu memorial para o concurso de professor titular da UFRJ, meu olhar pousou novamente sobre aquele livrinho verde e tive vontade de consultá-lo.¹² Qual não foi então a minha surpresa ao ver que ali estavam, desde 1971, ainda que de forma simples e embrionária, muitas das discussões que hoje são travadas nos foruns que tratam do desenvolvimento sustentável e do zoneamento ambiental. Sem falsa modéstia, considero hoje esse trabalho um estudo verdadeiramente pioneiro.

¹¹ Mauricio A. Abreu. A geografia e os problemas urbanos. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, N° 102, 1970, pp. 67-81.

¹² Mauricio A. Abreu. *Sistema Urbano de Conservação do Ambiente*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, 1971, 36 p.

4. Muito jovem, ainda, você foi para o exterior cursar o mestrado e o doutorado. Como foi essa experiência? Como foi ir para os Estados Unidos em plena época de domínio da chamada Geografia Quantitativa? Como você conviveu com esse movimento da Geografia?

O trabalho no IBAM mudou minha vida. A idéia era revolucionária. Sempre pensando à frente do seu tempo, o Prof. Lordello convencera-se que a urbanização brasileira havia tomado um rumo sem volta e que cabia ao IBAM, órgão privado dedicado à valorização do governo local, assumir um papel mais ativo no estudo desse processo. Para ele, o IBAM deveria propor soluções para os problemas que a urbanização acelerada impunha, que já se avolumavam nas metrópoles e começavam a atingir as cidades de porte médio. Para viabilizar esse projeto, firmara um convênio com a Fundação Ford, do qual resultara a criação do CPU em 1968.

O que revolucionava o projeto é que ele era de longo prazo. Ao contrário de contratar profissionais experientes, que já vinham atuando no planejamento urbano, a proposta era formar um grupo com recém-formados, ainda em início de carreira mas já com alguma experiência, e prepará-los adequadamente para que assumissem mais tarde as atividades de pesquisa e de planejamento que eram esperadas do CPU. Os profissionais experientes poderiam sempre ser contratados como consultores. Ao IBAM interessava formar o seu próprio grupo, ou melhor, gerá-lo. O que me fascinava nesse projeto não era apenas a oportunidade de fazer pesquisa urbana e de atuar no planejamento, objetivos que sempre perseguira. É que agora acenavam-me com uma proposta que eu jamais pensara poder vir a receber: a preparação profissional seria realizada através de um curso formal de pós-graduação, e no exterior! A única exigência da Fundação Ford era que o destino fosse os Estados Unidos.

No período em que estava escrevendo o livro-guia sobre política ambiental urbana, a direção do IBAM me comunicou oficialmente que eu deveria partir em seis meses para fazer o mestrado nos Estados Unidos. Apesar do fascínio que a idéia de morar no exterior exercia em minha mente, tremia, entretanto, ao pensar no assunto, não porque não quisesse ir, mas porque sabia que isso implicava enfrentar um fantasma antigo: a matemática. Com efeito, era dos Estados Unidos que vinha a “revolução quantitativa” que invadia o IBGE e com a qual tivera apenas contatos superficiais: o primeiro tinha sido um curso de “métodos quantitativos” (na realidade, um curso de estatística com exemplos geográficos) que o britânico John Cole, “geógrafo quantitativo”, havia oferecido em 1968; o segundo, através do contato que tivera com os pesquisadores e estagiários que trabalhavam no Grupo de Áreas Metropolitanas do IBGE, comandado por Speridião Faissol, que já então se distinguia dos demais mortais por trabalhar diferente, isto é, com folhas e folhas de computador, e por falar coisas estranhas, em linguagem cifrada, tais como “análise fatorial”, “resíduos”, “variância”, etc.

David Harvey, em artigo que é hoje um clássico,¹³ descreveu bem o que significa, para alguém que está iniciando uma carreira, a oportunidade de participar de uma revolução paradigmática. Tornamo-nos guerreiros destemidos, prontos a enfrentar os dragões. Comigo não foi diferente. Criei coragem e resolvi que, se era para ir para os Estados Unidos, iria para o centro mesmo da tal revolução quantitativa: meu destino seria Chicago e meu orientador seria Brian Berry, à época considerado o papa da modernidade geográfica no IBGE. Pedi conselhos a Lysia Bernardes, que me recomendou, entretanto, que fosse para outro lugar. Para ela, Brian Berry era famoso demais, vivia viajando pelo mundo afora, e não me daria a orientação necessária. Disse-me também que, como eu tinha pouca base “quantitativa” (aliás, nenhuma), o melhor era ter um orientador competente e mais disponível. Por que não Howard Gauthier, de Ohio State University? Ele havia, inclusive, feito sua tese sobre o Brasil.

Não pensei duas vezes: resolvi ir para Columbus, Ohio. Escrevi para o Prof. Gauthier, que gentilmente aceitou a minha candidatura. Só recomendou que eu chegasse mais cedo, em junho, para o trimestre de verão. Era um tempo de marcha lenta na universidade, e eu poderia fazer com ele um curso de leituras enquanto me adaptava à nova vida, à língua, e me preparava para cursar os cursos obrigatórios que me esperavam no outono.

Fui para os Estados Unidos para passar um ano e meio e acabei ficando cinco. Nesse período obtive os graus de Mestre (M.A.) e de Doutor (Ph.D). Quase todos os meus colegas eram *teaching assistants*, isto é, tutores. Seus estudos eram custeados pelo Departamento, que lhes pagava também um salário mensal. Em troca, tinham obrigação de dar apoio aos professores em seus cursos de graduação: aplicavam provas (geralmente de múltipla escolha), preparavam material didático, coordenavam os trabalhos práticos, davam apoio extra-classe aos alunos e, eventualmente, lecionavam algum módulo da matéria. Ao terminarem o mestrado e ingressarem no curso de doutorado, os *teaching assistants* transformavam-se em *teaching associates*, isto é, auxiliares de ensino. Cabia a eles agora ter total responsabilidade por um curso, como se fossem professores do Departamento, mas sem direito a tutores. Foi também o que aconteceu comigo. Após terminar o mestrado, durante o qual tive a bolsa da Fundação Ford, consegui obter uma bolsa do Departamento e obtive autorização do IBAM para permanecer nos EUA. De início, trabalhei como tutor, mas logo fui alçado à categoria de teaching associate. Em outras palavras, trabalhei durante todo o doutorado, dando aulas de Geografia Regional para a graduação, com turmas que variaram de 80 a 300 alunos!

Como esperado, tive muitas dificuldades no início. O primeiro período letivo foi, talvez, o mais difícil que tive em toda a vida. Foi um trimestre em que gostaria que os dias tivessem 48 horas e não 24. Morando no dormitório de pós-graduados, só

¹³ David Harvey. Revolutionary and counter-revolutionary theory in Geography and the problem of ghetto formation. In *Social justice and the city*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973, Capítulo 4.

saía dali para comparecer às aulas ou para ir às bibliotecas. O resto do dia passava no quarto lendo livros e artigos e fazendo os exercícios. Minha única quebra de rotina era ver o noticiário diário da televisão. Estarrecido, acompanhava então a cobertura da guerra do Vietnã. Foi algo que me marcou muito. Com a chegada da neve, que via pela primeira vez, dei-me também o direito de sair correndo para a rua e agir como uma criança em festa de aniversário.

Na primeira prova de *Métodos Quantitativos I*, o *fantasma da estatística* me assombrou. Apesar de ter estudado feito um louco, não consegui mais do que o conceito C. Fiquei em pânico: se minha média ficasse abaixo de B por dois semestres seguidos perderia a bolsa de estudos. Já em *Spatial Systems* foi o *dragão paradigmático* que me atacou. Nesse curso não eram os números que me impunham dificuldade; eram as palavras. Falava-se de paradigmas, de teorias, de modelos, de leis, de taxonomias, de hipóteses, termos que eu praticamente nunca tinha ouvido falar antes.

Mesmo tendo que dar conta de tudo isso em 10 semanas, período em que tive que prestar dois exames para cada disciplina cursada e ainda escrever um trabalho para *Urban Geography*, sobrevivi ao inferno. No final do trimestre consegui um conceito A no curso de geografia urbana e B nos outros dois. Tal qual no conto de Oscar Wilde, o fantasma foi começando então a perder a sua aura aterrorizante. Já no trimestre seguinte obtive um A em *Métodos Quantitativos II*. Daí para frente, o encanto se quebrou. A partir do terceiro trimestre (de primavera) ele já não me causava medo. Acabei humilhando-o e desterrando-o também para Canterville.

O mesmo aconteceu com o dragão paradigmático. Nesse caso, logo descobri que ele não queria comer ninguém. Apenas guardava a entrada de uma câmara secreta, à qual só tinham acesso aqueles que conseguiam ultrapassar um difícil estágio de treinamento que, segundo me diziam, era cuidadosamente planejado para seguir as instruções recebidas de um tal de Wittgenstein e de um outro seu colega, chamado Popper. Era na realidade um ritual de iniciação. Se fôssemos capazes de ultrapassar essa fase, o dragão simplesmente sairia de nossa frente e nos deixaria entrar na câmara secreta, onde tesouros fantásticos nos aguardavam.

5. Fale-nos de sua volta ao país, em plena renovação da Geografia brasileira e de como você se inseriu na vitoriosa carreira acadêmica que tem construído e de como a paixão pelo estudo da cidade do Rio de Janeiro foi se manifestando.

Voltei ao Brasil em julho de 1976. Sentia-me um vencedor. Conseguira derrotar fantasmas e dragões. Obtivera dois títulos importantes. Trabalhara (e muito!) como tutor e auxiliar de ensino para financiar meu doutorado. Mas o sonho de ser PhD estava realizado. A volta ao IBAM exigiu um período de readaptação. Não era só eu quem tinha mudado. O CPU também não era mais o mesmo. A

pequena equipe de quatro pessoas de 1971 transformara-se agora num quadro de 16 pesquisadores efetivos e diversos técnicos contratados por tempo determinado.

Ao reassumir, não havia trabalho para mim. Todas as pesquisas já estavam em andamento e tinham seus coordenadores. Fui então solicitado a ajudar os outros e a escrever termos de referência para futuras pesquisas, para serem apresentados a possíveis financiadores. Aliás, essa tarefa era agora grandemente esperada de mim. O CPU havia se transformado, na realidade, num grande escritório de consultoria. Preparei alguns termos de referência. Nenhum deles foi aceito: eram muito acadêmicos, me diziam, ninguém se interessaria em comprá-los. Tinha ficado muito tempo fora, acrescentavam. Aquilo ali não era a universidade, era o CPU, e no CPU trabalhávamos com coisas bem concretas, fazíamos planejamento!

Senti naquele momento que estava de volta ao antigo futuro, ao futuro que sonhava para mim quando entrara no IBAM, mas que agora, transformado em presente, não me atraía mais. Queria fazer outras coisas, continuar com os meus estudos sobre o mercado de trabalho urbano, ou quem sabe até dar início a um projeto ambicioso: analisar como os ciclos econômicos de recessão e de inflação impactavam de forma diferenciada o espaço geográfico. Essas pesquisas entretanto não se faziam no IBAM, a não ser que se conseguisse algum comprador interessado em financiá-las.

A assinatura de um contrato com a Companhia do Metropolitano deu fim à sensação de desconforto que já começava a sentir. Havia agora muito trabalho a fazer. Uma imensa equipe deveria ser formada rapidamente para desenvolver um trabalho que era realmente interessante: prever o impacto que a rede metroviária, então em construção, teria sobre a cidade. Para coordená-lo fora convidado o urbanista Murillo Godoy, de reconhecida competência, ex-coordenador do Programa de Planejamento Urbano e Regional (PUR) da COPPE-UFRJ, demitido recentemente da universidade por perseguição política (as bruxas ainda estavam soltas!). A mim coube inicialmente o cargo de sub-coordenador, mas logo a coordenação passou a ser conjunta. Cerca de 40 pessoas, entre técnicos e estagiários, participaram dessa pesquisa. A experiência de trabalhar com tanta gente competente e de estar tratando de uma temática de real importância para a cidade, arrebatou-me. Foram cerca de quatorze meses de grande crescimento profissional, que resultaram num relatório final de vários volumes.¹⁴ Foi também através dessa pesquisa que tive a oportunidade de fazer grandes amizades, que mantenho até hoje.

Ao mesmo tempo em que desenvolvia o trabalho sobre o metrô, e não querendo me afastar totalmente da vida acadêmica, que tanto me entusiasmara nos EUA, aceitei o convite de Maria do Carmo Galvão, então coordenadora do Programa de

¹⁴ Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Centro de Pesquisas Urbanas. *Subsídios para a ação imediata do Governo visando ao impacto do metrô*. Rio de Janeiro: IBAM, 1978, 7 volumes.

Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFRJ, para oferecer um curso ali. Propus então um curso sobre migrações, que lecionei pela primeira vez em 1977. Enquanto permaneci no IBAM ofereci este curso no PPGG. Ir à Ilha do Fundão era para mim uma oportunidade de travar contato com antigos mestres, de freqüentar a academia, de voltar a me realizar como professor. Passei também a participar de bancas examinadoras e comecei a orientar dissertações de mestrado.

Foi nesse momento que Roberto Lobato me convidou a apresentar um trabalho no 3º Encontro Nacional de Geógrafos da AGB, que estava prestes a se realizar em Fortaleza. Aceitei de imediato. Era a oportunidade que me faltava para completar a vida acadêmica paralela que já estava vivendo. Resolvi então escrever um trabalho sobre o "estágio atual da geografia brasileira". Pelo que via sendo publicado nas revistas do IBGE, e pelo que lia nas dissertações que tinha que argüir na UFRJ, a geografia brasileira estava muito presa ao estudo de padrões espaciais e estudava pouco os processos sociais que lhes davam origem. Achava também que não se dava aqui o devido valor às questões políticas, que já vinham sendo bastante discutidas por Harvey, Peet, Cox e outros. Era um trabalho bem feito, mas Roberto Lobato, magnífico profissional que é, não o aceitou. Disse que nada tinha a ver com a mesa redonda para a qual ele me convidara, que era sobre *Estudos Urbanos*. Vi que não tinha compreendido bem o convite e me comprometi a escrever outro texto. O trabalho já escrito acabou sendo apresentado, sob forma mais resumida, como uma comunicação.¹⁵

Tinha pouco tempo para preparar o novo trabalho, mas caprichei o mais que pude. Era a oportunidade que tinha de discutir as questões urbanas que tanto me empolgavam desde os cursos que fizera em Ohio com Kevin Cox. Eram questões novas. Nada de teorias matemáticas de estrutura urbana. Nada de geografizações neoclássicas abstratas. Nada de equações que funcionavam bem na teoria mas que não explicavam o mundo real. Nada de discussões estereis sobre o poder de explicação da variância de modelos urbanos. Já nos Estados Unidos descobrira que não era nessa direção que eu deveria caminhar. Seguindo a orientação de Harvey e de Cox, caminhava já para algo que achava muito mais importante: o estudo das políticas públicas, dos jogos de pressão, do papel dos *lobbies*, das lutas pela produção e pela obtenção de informação. Era isso que eu queria relacionar com o processo de estruturação interna das cidades e, muito especialmente, com o processo de segregação urbana.

Ao chegar a Fortaleza para a reunião da AGB, notei que o ambiente estava em grande agitação. Aguardava-se ansiosamente a presença de Milton Santos, geógrafo que passara longo tempo no exterior e que eu já conhecia de nome desde a graduação, pois publicara um livro de geografia urbana cuja leitura

¹⁵ Mauricio A. Abreu. O estágio atual da Geografia no Brasil: Uma visão crítica. In *3º Encontro Nacional de Geógrafos, Comunicações*. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros / Universidade Federal do Ceará, 1978, pp. 365-368.

Therezinha recomendava.¹⁶ Nos Estados Unidos, havia cruzado com o seu nome apenas uma vez. Dele, entretanto, não sabia quase nada. Conhecemo-nos na mesa redonda coordenada por Lobato. Ele também fazia parte dela. O ambiente era frenético. Na platéia, mais de 400 pessoas que ocupavam poltronas, cantos, espaços no chão, degraus, beirais de janelas. Para Milton, aquela reunião significava a sua *rentrée* numa associação que ele já havia presidido, a sua reinserção formal na comunidade acadêmica de origem, que todavia estava agora bastante transformada e em estado de ebulição política. Significava também a oportunidade de começar a transmitir a sua mensagem geográfica, a sua mensagem política e os seus sonhos. A platéia, por seu lado, também estava excitada para conhecê-lo, e queria ouvir justamente o discurso que ele, Milton, com a competência que lhe era peculiar, e com o domínio de palco que possuía, estava ansioso e preparado para fazer.

Para mim, a participação naquela mesma mesa redonda significava, por outro lado, a *entré* na comunidade acadêmica brasileira. A mesa redonda foi uma experiência que jamais esqueci. Ao contrário de Milton, que era ovacionado a cada ataque que fazia à ditadura cambaleante, que era aplaudido a cada crítica que fazia ao neopositivismo ou ao *establishment* geográfico, que levava a platéia ao delírio com seu discurso engajado, tudo o que recebi da multidão foi um aplauso polido e indiferença. De alguns, que ficaram sabendo que eu obtivera o doutorado nos Estados Unidos, recebi também o rótulo de "reacionário", e mesmo de "imperialista". Embora não concordando de forma alguma com isso, não havia clima para retrucar. A festa era de Milton e não minha. Ao invés de brilhar, como esperava, fui eclipsado. Até hoje admiro, entretanto, a coragem que tive de expor minhas idéias naquela mesa redonda. E continuo gostando muito do trabalho que apresentei naquela tarde.¹⁷

Um sentimento estranho percorreu minha alma depois que voltei ao Rio. Acho que envelheci muitos anos em poucos dias. Sentia que estávamos ainda em plena "era das revoluções" e que aquela platéia, tal como eu há alguns anos atrás, queria também enfrentar os dragões, fazer uma nova geografia. Só que a revolução e os dragões, para meu desgosto, já eram outros!

Fortaleza teve um impacto importante na minha vida. A sensação inicial foi de derrota. Sentia que todo o esforço feito até então havia sido inútil. Que todo o conhecimento adquirido com tanto sacrifício não servia para nada, pois a verdade agora estava com Marx e com Lênin, e eu quase nada sabia deles. Um sentimento não diferente daquele que assolara diversos geógrafos mais velhos do que eu no início dos anos setenta, quando viam suas carreiras serem

¹⁶ Milton Santos. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹⁷ Mauricio A. Abreu. Políticas públicas e estrutura interna das cidades: Uma abordagem preliminar. In *3º Encontro Nacional de Geógrafos, Sessões Dirigidas*. Fortaleza: AGB/UFC, 1978, 13-21.

desacreditadas só porque não falavam em leis, não entendiam nada de análise fatorial, ou porque diziam que sem a observação direta no campo não se podia fazer geografia.

Demorei algum tempo para superar o desânimo. Hoje sei, entretanto, que essa fase foi extremamente importante para mim, tanto pessoal como profissionalmente. Pela primeira vez avaliei minha vida em todos os sentidos. E a derrota se transformou em vitória quando decidi que, de agora em diante, não só daria mais atenção à vida pessoal (tão sacrificada em prol do futuro profissional), como passaria eu mesmo a comandar a minha carreira. Já era maduro o suficiente para deixar de ficar deslumbrado com as novas geografias que se sucediam à minha frente. Recusava-me agora a entrar de corpo e alma no paradigma do momento, como havia feito, ainda imaturo e muito influenciado pelos outros, no início dos anos setenta.

Isso não impedia, entretanto, que reconhecesse a existência de carências sérias na minha formação. Comecei a pensar em estudar a obra de Marx. Àquela época, tinha certeza que ele era o fantasma que eu havia derrotado em Columbus, e que havia reencarnado novamente só para voltar a me assombrar. A oportunidade chegou quando meu amigo Ivandro da Costa Salles resolveu formar um grupo de estudos de *O Capital*, uma prática que se disseminava então nos círculos intelectuais. Aderi. Foram muitas as reuniões em que discuti com Ivandro o conceito de mais-valia. Tentava convencê-lo de que aquilo era apenas um nome pomposo dado ao conceito marginalista de lucro. Infinitamente paciente, Ivandro tentava convencer-me que na aparência tudo parecia igual, mas que na essência os conceitos eram diferentes. Dizia-me também que eu ainda não conseguira me libertar da lógica formal e da economia neoclássica, que eu ainda não havia dado o *clic* necessário para compreender Marx. Esse *clic* demorou mas chegou, e ao permitir que eu passasse a ver o mundo segundo a lógica dialética, acabou enriquecendo infinitamente, não só a minha vida pessoal, como também a geografia que eu fazia.

Embora o nome de Milton Santos me trouxesse lembranças desagradáveis, comprei *Por uma Geografia Nova*, que surgiu logo depois do encontro de Fortaleza.¹⁸ Minha primeira leitura dessa obra foi marcada por um sentimento de rejeição. Ainda estava ressentido com o que acontecera na AGB. Meu exemplar guarda até hoje algumas anotações cáusticas que escrevi, àquela época, nas margens de suas páginas. Mesmo assim, sentia que as idéias ali contidas me excitavam, que me identificava bastante com o livro. O fato é que *Por uma Geografia Nova* apontava para caminhos que eu gostaria de seguir, para polos que exerciam forte poder de atração sobre mim. Foi outro dos grandes livros da minha vida. Superado o momento inicial de rejeição, comecei a ver a geografia de forma diferente. Passei, inclusive, a concordar com muito que Milton dizia.

¹⁸ Milton Santos. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

Através dele, travei também contato com as idéias de Henri Lefebvre, que desconhecia completamente.

Ao sair do IBAM e entrar para a UFRJ, em fins de 1979, como professor visitante, tive finalmente a oportunidade de travar contato direto com Milton, que também lá estava como professor visitante, função que exerceu até 1983, quando se transferiu para a USP. Nesse período, tive a oportunidade de conhecer melhor o homem e o intelectual. Trabalhando no mesmo lugar, almoçando muitas vezes juntos, fomos nos aproximando um do outro. Surgiu desse convívio uma forte admiração pelo seu trabalho e uma amizade que perdurou até a sua morte. Considero-o hoje o maior geógrafo brasileiro de todos os tempos e o grande responsável pela crescente auto-estima da geografia brasileira. Sobre isso falei em outro lugar.¹⁹

6. O, hoje já clássico, *Evolução do Rio de Janeiro* é uma de suas obras mais marcantes e mais referenciadas para os estudos urbanos, particularmente de nossa cidade. Como você vê, hoje, esse livro? Que novos aspectos enfocaria?

Como ocorre muitas vezes na vida das pessoas, entrei na trilha da geografia histórica por acaso. Tudo começou quando me solicitaram no IBAM, em 1977, para desenvolver um trabalho muito especial. Tratava-se de um estudo sobre distribuição espacial de população na América Latina e era parte de um conjunto de trabalhos sobre essa temática que estavam sendo desenvolvidos em vários países latino-americanos, com financiamento do International Development Research Centre, instituição canadense. O que era especial nele é que tínhamos liberdade para estudar o que quiséssemos; só a temática maior é que precisava ser respeitada. Segundo o termo de referência preparado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos, então chefe do CPU, o trabalho deveria estudar o impacto das políticas públicas sobre a distribuição de população de baixa renda na área metropolitana do Rio de Janeiro. Como estava sem projeto naquele momento, coube a mim desenvolvê-lo juntamente com Olga Bronstein. Esse projeto mudou novamente a minha vida. Nas discussões que Olga e eu travamos, e na divisão de trabalho que se seguiu, coube a mim estudar a distribuição atual (1978) da população de baixa renda e relacioná-la com as políticas públicas que vinham sendo implementadas na área metropolitana carioca. Era um estudo que me atraía bastante, pois oferecia-me a possibilidade de retomar questões que havia tratado nos cursos de Kevin Cox e na tese de doutorado, e que haviam ficado no limbo desde meu retorno de Ohio State. Olga, por sua vez, fazia uma análise detalhada das políticas de habitação, que resolveramos privilegiar, notadamente da atuação do Banco Nacional da Habitação (BNH).

¹⁹ Cf. Mauricio A. Abreu. Sobre Milton Santos e sobre a crescente auto-estima da geografia brasileira. In Maria Adélia A. de Souza (Org.), *O mundo do cidadão; um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 35-48.

Ao desenvolver minha parte, inicialmente dei atenção às políticas públicas. Logo ficou claro que havia uma clara tendenciosidade espacial nelas, pois sempre privilegiavam os bairros mais ricos da cidade. O investimento do metrô, que tanto tinha estudado, era o exemplo mais recente dessa prática, mas havia muitos outros. Tentando explicar por que isso acontecia, comecei a recuperar algumas questões de redistribuição de renda real que Harvey discutira em *Social Justice and the City* e dei início à leitura de um livro que acabaria sendo outra obra fundamental da minha vida: *La question urbaine*, de Manuel Castells.²⁰ De início, foi um livro difícil. Compreendia a crítica que fazia às teorias liberais e ecológicas da cidade, mas não acompanhava bem toda a fundamentação teórica marxista. Achava, entretanto, que seria uma obra importante para a estruturação do meu trabalho.

Ao mesmo tempo, senti a necessidade de buscar os fundamentos históricos que explicavam a distribuição da população de baixa renda. Não dava para pensar em *padrão* sem entender o *processo* que lhe constituía. Comecei então a reler os clássicos estudos que Lysia Bernardes havia realizado nos anos 50 sobre o Rio de Janeiro do passado, que eu conhecia desde a graduação. Busquei também alguns outros trabalhos feitos por historiadores e urbanistas, e comecei a coletar dados censitários antigos. A seguir, dei início aos trabalhos de mapeamento. E aí minha cabeça explodiu! De uma hora para outra, ficou límpidamente claro que tudo aquilo que eu queria demonstrar para o presente, ou seja, que havia uma clara redistribuição de renda real em favor dos bairros privilegiados e em detrimento das áreas pobres da cidade, sempre havia ocorrido no Rio. Na realidade, estávamos vivendo um período que era apenas o momento mais recente de um processo que existira sempre. Resolvi então que não bastava explicar o presente. Era necessário também buscar os fundamentos que o explicavam. Surgiu aí um interesse sobre o processo de produção do espaço carioca que só veio a aumentar com o tempo, e que é a grande motivação de minha vida profissional até hoje.

Escrito em 1978, o livro só foi publicado em 1987. Demorei muito a tomar essa decisão. Como já disse, de início ele era apenas um relatório de pesquisa. Todavia, depois de ser entregue ao IDRC, o texto começou a circular no Rio sob a forma de xerox e logo tiveram início os convites para dar palestras, para participar de mesas redondas, etc. Ao mesmo tempo, surgiram as sugestões para que eu transformasse o relatório em livro, coisa que eu rechaçava sempre, pois considerava-o muito superficial e incompleto. Para mim, para que fosse publicado, era necessário que a análise de dados secundários já feita fosse complementada com pesquisa em fontes primárias. Como não tinha tempo para ir ao arquivo, o relatório foi ficando como estava, e circulando cada vez mais.

²⁰ Manuel Castells. *La question urbaine*. Paris: F. Maspero, 1972.

Com a minha entrada na UFRJ, foi necessário que eu apresentasse um projeto de pesquisa para que a contratação fosse efetivada. Vi nisso a grande oportunidade de “complementar” o texto e sugeri exatamente o mesmo tipo de pesquisa, só que, agora, lastreada por dados primários. Na minha santa inocência daquela época, achava que bastava buscar “alguns dados” e ilustrar o trabalho com mapas e ilustrações de época para que ele ficasse pronto para publicação. Mesmo assim, demorei a entrar no arquivo. Aproveitei o tempo em que estava como professor visitante para melhorar o texto já pronto e para publicar partes dele sob a forma de artigos e comunicações em congresso; com bastante atraso, publiquei também uma parte de minha tese de doutorado. Todavia, em janeiro de 1981 passei a integrar o corpo docente permanente da UFRJ e solicitei minha primeira bolsa de produtividade ao CNPq. Para isso, foi necessário apresentar um projeto de pesquisa ainda mais elaborado, e data daí o início de minha transformação num geógrafo urbano histórico.

Ao adentrar o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro pela primeira vez, no início de 1982, nunca poderia imaginar que minha trajetória profissional estava por mudar mais uma vez. Mas foi o que aconteceu. Comecei o trabalho, se não me engano, pelos mapas e plantas do século XIX. Logo a seguir, solicitei alguns códices antigos e resolvi investigar também uns relatórios de órgãos públicos. Comecei então a ser invadido por um sentimento muito poderoso e estranho. De um lado, um fascínio incontrolável pelo trabalho: era como se um outro Rio de Janeiro estivesse surgindo à minha frente, uma cidade que já não mais existia, mas que eu podia claramente reconhecer e, melhor ainda, relacionar com o Rio atual. De outro lado, um sentimento de frustração total com o relatório de pesquisa que eu havia produzido: quantas temáticas eu deixara de tratar no texto, quão simplório tinha sido o trabalho, etc.

Este último sentimento fez com que o texto original permanecesse sob a forma de relatório por ainda cinco anos. Foi o período em que entrei de corpo e alma no trabalho de arquivo, sendo esse também o tempo necessário para que eu me conscientizasse que havia, afinal, me encontrado como pesquisador. Nesse período, vasculhei as mais diversas instituições de memória, cada vez mais enriquecendo meu conhecimento sobre o processo de produção do espaço urbano carioca. Comecei também a orientar dissertações de mestrado que tratavam do Rio do passado e a orientar bolsistas de iniciação científica. Com os primeiros recursos obtidos da Finep e do CNPq, dei início à formação do enorme banco de dados que a linha de pesquisa que coordeno hoje possui. Não posso negar que foi também um tempo em que sofri um pouco com a decisão de levar adiante meu trabalho de geografia histórica. Inevitavelmente, ele me levava a abandonar as temáticas atuais, que tanto tinham atraído a minha atenção até ao final da década de 1970, e isso me causava bastante desconforto. Além do mais, por exigir que eu adentrasse uma arena pouquíssimo freqüentada pelos geógrafos brasileiros, minha pesquisa exigia que eu trabalhasse de forma bastante isolada. Não eram poucos os colegas que achavam estranhíssimo essa minha investida no passado, já que “a geografia estuda o presente”. Ao mesmo tempo, via também o lado positivo disso: devido ao pouco interesse dos geógrafos brasileiros pelo

estudo do passado, havia todo um universo a explorar, havia um grande país estrangeiro a descobrir, como disse David Lowenthal ao se referir ao passado,²¹ e tudo isso estava esperando por mim.

Resolvi então assumir definitivamente meu novo caminho, e foi nesse momento que fiquei em paz com o relatório de pesquisa do fim da década de 1970. Com efeito, cheguei à conclusão de que qualquer mudança no texto original resultaria “num outro trabalho”, razão pela qual era desejável que o relatório fosse publicado como obra completa, independente de minhas novas preocupações de pesquisa. Obviamente, aproveitei os cinco anos de pesquisa já realizada em arquivos para retirar do texto original algumas idéias incorretas e para enriquecer o trabalho com ilustrações diversas. O livro foi publicado em 1987. Hoje tenho grande orgulho desse trabalho, que teve a sua terceira edição esgotada recentemente. Acho que sua maior qualidade é a de ter trazido à baila, ainda na década de 1970, a questão da “cidade partida”, tão em voga hoje em dia. Ao mesmo tempo, acho também que ele tem o mérito de colocar num único texto uma série de temáticas importantes para o entendimento do processo de produção do espaço urbano carioca, mas isso não é mérito meu, mas, isto sim, de minha formação disciplinar, do olhar geográfico que aprendi a ter, que, inevitavelmente, busca correlações, conexões e determinações entre variáveis, não deixando também de dar o devido crédito às contingências.

Olhando para esse texto um quarto de século depois que ele foi escrito, vejo-o como um produto do seu tempo. Eram tempos de abertura política e de abertura da geografia ao marxismo e, sobretudo, ao marxismo estruturalista. Era um momento de grande crítica ao “estado capitalista”. Todos esses movimentos estão presentes no texto que, a meu ver, simplifica demasiadamente alguns processos, sobretudo no que toca ao papel do Estado na produção do espaço (que é, na realidade, sua temática principal). Muitas das relações teóricas que ali estabeleço são de “determinação em última instância”. Poucas são as contradições que aponto. O “capital” é visto como um todo superorgânico, sem (ou com poucas) contradições. A “força de trabalho” é outro todo indiferenciado. Enfim, um estudo datado e que precisa ser assim reconhecido.

7. Como têm evoluído seus estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro? Sabe-se que prepara um trabalho profundo sobre a Geografia histórica de nossa cidade. Fale-nos sobre ele.

De meados da década de 1980 até hoje meu trabalho só fez se verticalizar. Transformou-se, na realidade, numa grande linha de pesquisa, que hoje integra doutorandos, mestrandos e graduandos, todos trabalhando sob minha orientação.

²¹ David Lowenthal. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

Nesses vinte anos de trabalho, a linha de pesquisa já produziu livros, teses, dissertações, monografias, artigos, comunicações em congressos, etc. Produziu também uma série de instrumentos de pesquisa, que organizam o material coletado em pesquisas arquivísticas realizadas nas mais diversas instituições de memória, inclusive de Portugal e do Vaticano, e são, por isso mesmo, importantes fontes de pesquisa.

Depois de me dedicar bastante ao estudo do século XIX, passei os últimos dez anos “mergulhado” em documentos coloniais. Tudo começou durante o pós-doutorado, que realizei na Alemanha e na França, em 1994-1995. Livre das obrigações da docência e da orientação, aproveitei esse estágio para aprender os mistérios da digitalização de mapas (que hoje quase ninguém aprende mais, pois os softwares já fazem tudo sozinhos), para participar dos seminários de pesquisa das instituições que me acolhiam (a Universidade de Tübingen e o Centre de Sociologie Urbaine, em Paris) e, sobretudo, para estudar muito. Aliás, a melhor coisa que um pós-doutorado lhe oferece é a oportunidade ser novamente dono de seu tempo, de poder fazer tudo aquilo que se quer fazer. Não desperdicei essa oportunidade e, dentre outras atividades profissionais que me ocupavam àquela época, dei início à elaboração de um livro sobre o Rio de Janeiro no século XIX.

Comecei a alinhar notas e parágrafos sobre esse período tão importante da geografia histórica carioca. Logo verifiquei, entretanto, que era necessário ir mais fundo, isto é, que não podia falar bem sobre o século XIX se não me debruçasse antes sobre o período colonial. Nesse momento tomei uma decisão que muitos consideraram despropositada, mas da qual não me arrependo. Sustei o livro do século XIX e dei início a uma frenética investigação dos documentos coloniais. Como estava na Europa, aproveitei a oportunidade para ir até Portugal e visitar o Arquivo Histórico Ultramarino e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que guardam muitas preciosidades documentais. Teve início então uma segunda fase de meu trabalho de pesquisa de fontes primárias, que me levaria a Portugal ainda outras cinco vezes, com períodos de permanência diversos, e que possibilitou que eu analisasse cerca de 20.000 documentos.

Embora muitos vejam essa decisão como sendo uma típica “recaída de rato de arquivo”, a verdade é que eu não a considero assim. Com o incêndio do arquivo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ocorrido em 1790, quase todos os documentos que ali estavam foram destruídos. Por essa razão, pesquisar a história colonial carioca implica realizar um paciente “trabalho de chinês”. É preciso contar com o que sobrou e retirar dessas fontes as informações que permitirão que recuperemos o processo de produção do espaço carioca. Passados já dez anos da decisão de enfrentar o mundo colonial, estou convencido que ela foi correta. A partir daquela decisão, o projeto de pesquisa atingiu o estatuto de linha de pesquisa, muito mais abrangente e complexa, dedicada agora ao estudo de todo o processo de produção do espaço carioca, desde suas origens até a atualidade. Cabe a cada um dos integrantes da linha de pesquisa escolher o período e as temáticas que mais lhe convém estudar.

No momento, além de me dedicar à finalização do primeiro volume da *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*, que tratará do período 1502-1700, estou também preparando o primeiro volume dos *Extratos de documentos cartoriais de imóveis localizados na Cidade do Rio de Janeiro e Recôncavo da Guanabara – Séculos XVI e XVII*, que será, na realidade, uma relação resumida e cronológica de todos os documentos cartoriais que tratam da história territorial da cidade e de seu entorno que pude encontrar (cartas de sesmaria e escrituras de compra, venda, doação, hipoteca e aforamento de casas, lotes, engenhos e sítios). Este instrumento de pesquisa facilitará não apenas o trabalho dos que se interessam pela história do Rio, como também dos genealogistas, pois inclui uma infinidade de nomes dos habitantes da cidade em seus primeiros séculos de existência. São informações que foram obtidas em mais de dez anos de penosa leitura dos livros dos cartórios de notas, dos livros de tomo das ordens religiosas, de documentos arquivados em Portugal, enfim, de inúmeras fontes documentais, que serão em breve disponibilizadas num documento único. Não posso deixar de reconhecer que, sem o apoio da Finep, no passado, do CNPq, desde sempre, e da Faperj, mais recentemente, não seria possível realizar esse trabalho.

8. Como estudioso da Geografia urbana tem se preocupado com o “estado da arte” desse campo do conhecimento geográfico. Que panorama você traçaria para a Geografia urbana brasileira, na última década?

A Geografia urbana parece ter sido o campo da Geografia Humana que mais se desenvolveu no país nos últimos tempos. Os “simpósios de Urbana” mostram bem isso. Dos pequenos encontros que fazíamos no início da década passada - que permitiam, inclusive, que participássemos de todas as atividades científicas, já que não havia sessões concorrentes - passamos agora a ter eventos que se agigantam cada vez mais. De início, os organizadores desses simpósios ainda tentaram controlar essa expansão, evitando, assim, a dispersão dos participantes por sessões diferentes. Isso não é mais possível. Com a expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil, a produção de trabalhos de qualidade é cada vez maior e o “Simpósio de Urbana” se tornou o fórum ideal para o debate dessa produção.

Quanto às temáticas que vêm sendo analisadas, basta passar os olhos pelos títulos dos trabalhos apresentados, para constatar a riqueza e diversidade dos estudos produzidos. É também uma produção cada vez mais plural. Felizmente, as revoluções epistemológicas que afetaram a geografia brasileira no último quartel do século XX já acabaram. Digo felizmente, porque essas “revoluções”, fossem elas quantitativas ou marxistas, sempre tentavam se afirmar pregando a não-cientificidade, ou até mesmo a inutilidade, do conhecido produzido segundo outras matrizes epistemológicas.

9. Com grande experiência internacional (em vários momentos de sua vida), particularmente no pós-doutoramento, certamente tem observado a evolução da Geografia fora do Brasil. Como avalia esse quadro? E como vê a Geografia brasileira ao compara-la com a de outros países de maior tradição do que a nossa ou semelhante à nossa?

Acompanho bastante o movimento da geografia no Reino Unido, na França e nos Estados Unidos. Comparando o que ocorre nesses países com o que acontece no Brasil, vejo alguns pontos de contato e outros de divergência. O primeiro ponto de contato é a (re)valorização das temáticas ambientais e culturais, que vem ocorrendo tanto lá como cá, mas que parece pender mais para o ambiental (aqui) e para o cultural (lá). Um outro ponto de convergência é o interesse que, já há algum tempo, vêm despertando as temáticas relacionadas ao impacto da globalização da economia sobre estruturas variadas, inclusive identitárias, de países, regiões e cidades. Com alegria, vejo também que as temáticas de Geografia Histórica, com as quais muito me identifico, começam a atrair aqui o interesse que já há algum tempo despertam em geógrafos europeus e norte-americanos.

Ao mesmo tempo, vejo diferenças importantes. A primeira – e principal – é o engajamento político de uma parcela considerável da produção geográfica brasileira, que faz com que ela se diferencie bastante daquela que é feita nos chamados “países centrais”, onde os temas mais “acadêmicos”, por assim dizer, tendem a ser predominantes. Pode-se afirmar que isto tem a ver com o caráter eminentemente desigual da sociedade brasileira, que acentua conflitos sociais e ambientais, exigindo que os geógrafos se debrucem sobre essas temáticas e que tenham participação ativa em diversos movimentos sociais, e isto é certamente verdadeiro. Todavia, há que se admitir também que, aqui, o discurso político muitas vezes substitui a pesquisa de base, o que faz a geografia brasileira avançar bem menos teoricamente do que seria desejável.

No que toca à prática científica, vejo também algumas diferenças grandes. Ao contrário do que ocorre em outros países centrais, onde a comunidade geográfica já se consolidou há tempos, onde as condições de trabalho são bem melhores e os veículos de divulgação da produção mais longamente estabelecidos, no Brasil essa consolidação só ocorreu a partir dos anos 90 e disso resultam alguns problemas que ainda precisam ser enfrentados. O primeiro, a meu ver, é que a produção geográfica brasileira, ainda que venha crescendo bastante nos últimos anos, ainda é relativamente baixa frente à das demais ciências humanas. Não há dúvida que temos pesquisadores extremamente produtivos, mas a verdade é que, na média, a produção da área no que toca a livros, capítulos de livros, artigos em periódicos e trabalhos completos em anais de eventos ainda deixa a desejar.

Ao mesmo tempo, quando analisamos a produção que é publicada, vemos um outro problema, que é a quase ausência de revistas científicas de geografia que não estejam atreladas a departamentos ou programas de pós-graduação. Não tenho nada contra essas revistas e acho que elas cumprem um papel importante.

Todavia, como sua circulação geralmente é restrita, os problemas de difusão da produção acabam sendo inevitáveis. Fico impressionado com a constância com que encontro artigos que tratam de temáticas já exploradas por outros autores e que ignoram totalmente essas contribuições anteriores, acabando, muitas vezes, por reinventar a roda. Nem sempre isso é resultado de má pesquisa bibliográfica mas, isto sim, da dificuldade de se ter acesso a trabalhos que circulam pouco. É fundamental que, além das revistas dos departamentos e programas de pós-graduação, tenhamos também revistas nacionais das diversas especialidades da geografia, que possibilitem a difusão e o debate de idéias entre os profissionais que nelas atuam. A boa notícia é que isso já começa a acontecer. Já temos revistas nacionais de Geomorfologia e de História do Pensamento Geográfico e, mais recentemente, foi lançada a revista Cidades, dedicada à Geografia Urbana e áreas afins.

10. Tem havido uma grande expansão dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), nos últimos anos, no Brasil. Como vê tal expansão? Seria fruto de uma demanda reprimida, ou marca um novo momento para a Geografia brasileira?

Até o fim dos anos oitenta havia apenas sete programas de pós-graduação em geografia no país. Em 2003 já são 29 os programas credenciados pela Capes. Com a aprovação recente do mestrado da Universidade Federal do Pará, temos agora a pós-graduação em geografia em todas as regiões brasileiras. E já são 13 os programas que oferecem o doutorado. O crescimento foi fenomenal e prova que a geografia é hoje um campo consolidado de pesquisa e ensino em nível de pós-graduação.

Não há dúvida que havia demanda reprimida, e ainda há, sobretudo no norte e nordeste. Mas o importante a destacar é que a área vem crescendo, não apenas em quantidade, mas também em qualidade. Para atuar na pós-graduação, os docentes vêm se qualificando cada vez mais e isto se reflete também na melhoria do ensino de graduação. A produção científica dos docentes também está em ascensão, embora não tenha ainda atingido os patamares que caracterizam a produção em outras áreas de Humanas. Outro desafio que precisa ser enfrentado é o da internacionalização de nossa produção. Ainda é tímida a presença de geógrafos brasileiros em foruns acadêmicos internacionais, assim como é pequena a publicação de artigos em periódicos estrangeiros. Mesmo assim, já se nota uma tendência de expansão para fora, sendo prova disso alguns livros recentemente publicados por geógrafos brasileiros no exterior, a multiplicação de convênios internacionais pelos programas de pós-graduação e a crescente demanda de bolsas de pós-doutorado no exterior.

11. Poucos geógrafos conseguiram uma experiência tão rica como a sua, em termos de relação da Geografia com as instituições de fomento, organização e controle da produção acadêmica. Como vê o quadro institucional referido hoje em dia e como a Geografia nele se situa?

É engraçado como a vida da gente acaba tomando rumos bastante diferentes daqueles que planejamos. Foi o que aconteceu comigo nos últimos dez anos. Sempre indicado por meus pares, acabei assumindo, por duas vezes, a representação da área de Geografia Humana no CNPq e, neste momento, estou encerrando o mandato de representante da área de Geografia na Capes, onde também sou um dos dois representantes da Grande Área de Ciências Humanas no Conselho Técnico-Científico (CTC). Ainda que essas atividades de representação demandem bastante tempo, e não obstante a interferência negativa que promovem em várias dimensões da vida profissional – sobretudo na produção científica – não há dúvida que elas acabam proporcionando enormes ganhos de experiência a quem as exerce. De um lado, porque permitem que tenhamos uma visão completa do que se faz em termos de ensino e pesquisa no país. De outro, porque nos impelem, obrigatoriamente, para fora de nossas universidades e departamentos e exigem que pensemos o conjunto do campo do saber em que atuamos. Uma das conquistas mais gratificantes que tive no CNPq foi ter sido capaz de aumentar bastante o número de bolsistas de produtividade de geografia humana durante os dois mandatos que lá exerci. Isso exigiu que eu redigisse muitos relatórios, que fizesse muitas exposições de motivos aos órgãos superiores justificando a necessidade de maior alocação de bolsas à área. Na Capes não tem sido diferente. Como representante de área, tive a oportunidade de visitar inúmeros programas de pós-graduação e de ter acesso a suas propostas de credenciamento e relatórios de atividades. Esse contato foi muito enriquecedor. De um lado, permitiu que eu verificasse que há muita pesquisa de qualidade sendo desenvolvida pelo país afora, ainda que os resultados de muitas delas circulem apenas localmente. De outro, deu-me a oportunidade de participar ativamente do processo de consolidação de nossa área na Capes, para o que contei com a ajuda inestimável dos demais membros da Comissão de Geografia.

12. O seu interesse em relacionar a Geografia com a História tem sido coroado de êxito, na medida em que você é um dos interlocutores, na nossa ciência, mais procurado pelos historiadores. Fale-nos dessa relação e de como a Geografia pode dela se beneficiar.

Como já disse antes, minha ligação com a História aconteceu por acaso, mas acabou transformando a minha vida. E exigiu também muito esforço de minha parte. Não tive boa formação em história na graduação e nenhuma na pós-graduação. E só travei contato com a geografia histórica depois do doutorado. Tive, portanto, que “correr atrás do prejuízo”, o que exigiu grandes doses de autodidatismo. De início, sentia-me bastante isolado na geografia, pois, com exceção do Pedro Vasconcelos, da Bahia, ninguém mais se interessava no país pela pesquisa em geografia histórica. Hoje a situação mudou. Já é relativamente grande o número de pesquisadores que se interessam pela geografia histórica e, modéstia à parte, considero que dei alguma contribuição para que isso ocorresse.

Com efeito, há algum tempo que venho escrevendo artigos contra o que chamei de “ditadura do presente” da geografia brasileira, que fez com que os geógrafos do

país só se interessassem pelo passado se ele tivesse deixado formas pretéritas na paisagem atual. O resultado disso foi a criação de uma grande lacuna no conhecimento que temos do processo de produção do espaço brasileiro, que ainda demorará bastante para ser preenchida. Há muitas questões relativas ao passado que são questões geográficas e que, por isso mesmo, não são abordadas pelos historiadores. Portanto, as possibilidades de trabalho nesse campo são enormes. Se fazer geografia é analisar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ação, como nos dizia Milton Santos, o maior contato com a história certamente nos ajudará a trabalhar melhor os sistemas de ação, permitindo, portanto, que os articulemos com maior fundamentação teórica aos sistemas de objetos que, por viés de formação, nos despertam maior atenção.

13. Finalmente, que conselhos daria a um jovem que queira ingressar na carreira da Geografia? E para aqueles que, já cursando a graduação, estão cheios de dúvidas quanto ao rumo de suas carreiras e ao mercado de trabalho?

O primeiro conselho que daria é que o(a) jovem siga a carreira que lhe dá mais prazer. Sei que as considerações financeiras são importantes na difícil decisão que temos que tomar ao final da adolescência, mas acho que não há nada mais desagradável do que seguir uma profissão que paga bem mas que não nos realiza profissionalmente. Considero também que se você é bom no que faz, sempre terá oportunidade de ganhar dinheiro (ou, melhor dizendo, algum dinheiro), inclusive com geografia. Na minha opinião, as oportunidades de trabalho estão aumentando em nossa área de atuação profissional, mas, tal como em outras áreas, elas vêm exigindo qualificação cada vez maior. Para os concursos da carreira do magistério superior, já ser possuidor do título de doutor é, em muitas universidades, condição básica para a inscrição. As oportunidades de consultoria também se multiplicam, mas vêm exigindo currículos cada vez mais densos.

É reconfortante, por outro lado, vermos que as universidades, apesar de todas as dificuldades por que passam, vêm preparando melhor os alunos para os desafios que terão que enfrentar no mercado de trabalho. Apesar das inúmeras carências que ainda apresentam, os laboratórios de ensino e pesquisa das universidades são, hoje, infinitamente superiores ao que eram dez anos atrás. E embora reclamemos da quantidade e do valor das bolsas de estudo concedidas pelas agências de fomento (iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado, etc.), a verdade é que o investimento que o país vem fazendo na formação de recursos humanos é imensa e tem sido recompensada pela qualificação crescente de nossos alunos de graduação e de pós-graduação. No mais, cabe a cada um de nós provar ao que veio, mesmo que para isso tenhamos, não raro, que assoviar e chupar cana ao mesmo tempo.